



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 75, inciso I, c/c §2º, da Lei nº 14.133/2021

Valores atualizados – Decreto nº 12.807/2025 (vigência 2026)

Processo Administrativo nº 221/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DEMANDANTE

Órgão: Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Oiapoque – **IMTRANS**

Natureza Jurídica: Autarquia Municipal **Lei Municipal nº 577/2018-GAB/PMO**

CNPJ: 32.665.025/0001-09

Endereço: Av. FAB, 4201, Infraero, Oiapoque - AP

Autoridade Competente: Presidente do IMTRANS

Ordenador de Despesas: Presidente do IMTRANS (conforme Lei de Criação do Instituto)

2. FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no:

- Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços de engenharia;
- Art. 75, §2º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do IMTRANS como autarquia municipal dotada de autonomia administrativa e financeira, nos termos de sua lei instituidora;
- Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, que atualiza os valores de dispensa;
- Princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, motivação e interesse público.

3. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem como finalidade promover a Contratação integrada de **fornecimento e implantação de sinalização vertical viária**, compreendendo a fabricação, fornecimento, transporte e instalação de placas de regulamentação de trânsito, com seus respectivos suportes e elementos de fixação, em vias públicas do Município de Oiapoque/AP, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de **organização do sistema viário municipal**, com vistas à melhoria da segurança do trânsito, à redução de acidentes e à adequada sinalização das vias públicas recentemente pavimentadas ou requalificadas.

A ausência de sinalização vertical adequada compromete a segurança de condutores e pedestres, gera risco à integridade física dos usuários da via e prejudica a efetividade das políticas públicas de mobilidade urbana, razão pela qual a contratação se mostra **necessária e urgente sob o ponto de vista administrativo**, ainda que não caracterize hipótese de emergência legal.

5. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação por dispensa de licitação é justificada:

- Pela **natureza do objeto**, classificado como **serviço comum de engenharia**;

O objeto da presente contratação consiste no fornecimento e implantação de sinalização vertical viária nas vias públicas do Município de Oiapoque/AP, compreendendo a instalação de placas de regulamentação em aço galvanizado com película retrorrefletiva, bem como a fixação de suportes em madeira tratada, incluindo todos os insumos, mão de obra e serviços necessários à execução.

Nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se **serviços comuns de engenharia** aqueles que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo passíveis de execução com base em especificações usuais de mercado.

No presente caso, verifica-se que o objeto atende integralmente a tais requisitos, pelos seguintes fundamentos:

I – **Padronização técnica do objeto**: os serviços de fornecimento e implantação de sinalização vertical viária seguem normas técnicas consolidadas da engenharia de tráfego, com especificações claramente definidas quanto a materiais, dimensões, resistência, refletividade e métodos de instalação, não havendo complexidade técnica que demande soluções inovadoras ou personalizadas;

II – **Utilização de especificações usuais de mercado**: os insumos empregados (placas em aço galvanizado, película retrorrefletiva, suportes em madeira tratada, elementos de fixação e concreto) são amplamente disponíveis no mercado, com características padronizadas e amplamente utilizadas em contratações públicas similares;

III – **Execução rotineira e repetitiva**: os serviços de implantação de sinalização vertical consistem em atividades operacionais padronizadas, tais como escavação, fixação, alinhamento e instalação, executadas de forma repetitiva e com técnicas consolidadas;

IV – **Possibilidade de definição objetiva do desempenho e qualidade**: os critérios de aceitação dos serviços podem ser claramente definidos por parâmetros objetivos, como visibilidade, alinhamento, estabilidade, durabilidade e conformidade com normas técnicas;

V – **Ausência de alta complexidade técnica:** o objeto não envolve elaboração de projetos complexos, soluções técnicas inovadoras ou atividades que demandem elevado grau de especialização intelectual, afastando sua caracterização como serviço especial de engenharia;

VI – **Aderência às práticas administrativas e de mercado:** contratações similares realizadas por outros entes públicos classificam serviços dessa natureza como comuns de engenharia, sendo prática consolidada a sua execução por empresas especializadas com atuação padronizada no mercado.

Adicionalmente, o Estudo Técnico Preliminar constante dos autos demonstra que a solução adotada baseia-se em composições de custos dos sistemas referenciais SICRO e SINAPI, reforçando o caráter padronizado, mensurável e amplamente conhecido do objeto.

Dessa forma, resta plenamente justificada a caracterização do objeto como **serviço comum de engenharia**, permitindo a adoção das formas de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive a dispensa de licitação, quando atendidos os demais requisitos legais.

Por fim, destaca-se que tal enquadramento observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e competitividade, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

Não se trata de serviço especial de engenharia, por não envolver complexidade técnica elevada ou solução personalizada.

- Pela **vantajosidade econômica** demonstrada por meio de orçamento referencial oficial;
- Pela **celeridade administrativa**, compatível com o interesse público;
- Pela possibilidade legal de adoção da dispensa nos termos do **art. 75, I, c/c §2º, da Lei nº 14.133/2021**, considerando a autonomia administrativa e financeira do IMTRANS.

6. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

Especificações Técnicas

- a) **Placas de regulamentação** confeccionadas em aço galvanizado, com película retrorrefletiva de acordo com normas técnicas de trânsito vigentes;
- b) **Suportes em madeira tratada**, seção compatível com o padrão técnico exigido;
- c) **Implantação das placas**, incluindo escavação, fixação, concretagem, alinhamento, nivelamento e recomposição do solo;
- d) Fornecimento de **todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra** necessários à perfeita execução dos serviços.

7. QUANTITATIVOS ESTIMADOS

Os quantitativos foram definidos com base em levantamento técnico prévio, conforme planilha orçamentária anexa ao processo, podendo compreender, dentre outros:

- Placas de regulamentação: aproximadamente **158 unidades**;
- Suportes em madeira tratada: aproximadamente **156 unidades**.

(Os quantitativos poderão sofrer ajustes técnicos, desde que mantida a compatibilidade com o objeto e o valor estimado da contratação.)

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Valor estimado: R\$ 175.200,96 (cento e setenta e cinco mil, duzentos reais e noventa e seis centavos).

O valor foi apurado com base em:

- Sistemas oficiais **SICRO** e **SINAPI**;
- Composição de custos unitários;
- Inclusão de BDI e encargos sociais;
- Orçamento técnico elaborado por profissional habilitado.

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em orçamento técnico detalhado, elaborado por profissional legalmente habilitado, utilizando como referência composições oficiais de custos extraídas dos sistemas SICRO (Sistema de Custos Referenciais de Obras) e SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), amplamente adotados pela Administração Pública como parâmetros de mercado.

A metodologia empregada observou os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, contemplando a composição dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, transporte, atividades auxiliares e Benefícios e Despesas Indiretas – BDI.

O orçamento foi estruturado por meio de planilha analítica e sintética, devidamente acompanhada de memória de cálculo, composição de encargos sociais e composição do BDI, todos constantes dos autos, assegurando transparência, rastreabilidade e fidedignidade na formação do preço estimado.

Destaca-se que os valores unitários adotados refletem parâmetros atualizados e regionalizados, compatíveis com a realidade do Estado do Amapá, considerando as bases de referência mais recentes disponíveis à época da elaboração do orçamento.



Ademais, os preços coletados foram submetidos à análise crítica, em conformidade com as boas práticas de planejamento da contratação pública, considerando a coerência entre os insumos, a compatibilidade entre os custos unitários e a adequação ao objeto contratado.

Nesse contexto, conclui-se que os preços estimados são compatíveis com os praticados no mercado, não se verificando valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, estando a estimativa adequada para fins de contratação pública.

Por fim, ressalta-se que a metodologia adotada garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, legalidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

Regime de execução: Empreitada por preço unitário, compreendendo fornecimento e implantação

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Prazo de execução: conforme cronograma definido pela Administração, contado a partir da ordem de serviço.

Vigência do contrato: até **12 (doze) meses**, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

11. DA FONTE DE RECURSOS:

Os recursos para a execução do objeto ocorrerão à conta do ORÇAMENTO VIGENTE do Instituto Municipal de Trânsito de Transporte.

EXERCICIO FINANCEIRO 2026

Função 14 – Direitos da Cidadania

Sub Função 452 – Serviços Urbanos

Programa de Trabalho 0001 – Gestão Administrativa

Ação 2075 – Gestão das Atividades do Instituto de Trânsito e Transporte

Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1.500.0000.000000 – Recursos Próprios

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A licitante deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação, comprovação da atividade compatível para atuação no fornecimento do objeto licitado.

Documentos de habilitação:

consulta unificada SICAF;

cartão CNPJ;

Ato construtivo, Contrato social e alterações caso houver;



CPF e RG do Proprietário ou Representante Legal;

Em caso de representante apresentar Procuração ;

certidão FGTS, TRABALHISTA, MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL;

Certidão Falência;

Balanco patrimonial dos dois últimos exercícios;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos itens seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência.

Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.

Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos itens.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva dos itens.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O licitante vencedor obriga-se a:

Entregar o objeto concluído no tempo, lugar e forma estabelecidos no Termo de Referência.

O licitante vencedor é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, qualquer item que se verificar alguma desconformidade ou vício.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

Substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação formal desta Administração, o item recusado.

Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE na entrega dos itens, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.



Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embarçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

15. FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será fiscalizada por servidor formalmente designado pelo IMTRANS, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, com poderes para acompanhar, atestar e rejeitar serviços em desacordo com o contratado.

16. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos itens ou somente após ter resolvido todas as irregularidades, que porventura, vierem a ocorrer, de forma proporcional aos serviços efetivamente executados, mediante apresentação de nota fiscal e atesto da fiscalização, observadas as normas financeiras aplicáveis.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida garantia contratual, considerando o porte da contratação, o regime de execução e o baixo risco de inadimplemento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18. DAS PENALIDADES:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta ou execução do contrato;

fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

Multa:

moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. 10.14.4.2.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º)

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º)

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.

159)

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

A contratação observará integralmente a Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 12.807/2025, a legislação municipal aplicável e os princípios que regem a Administração Pública.

Oiapoque/AP, 28 de janeiro de 2026.

MARCONIS PINTO DOS SANTOS

Membro da Equipe de Planejamento